

ATA 1934ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO



Conselho Regional
de Psicologia SP

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crp.org.br
website www.crp.org.br

1 Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às dez horas,
2 realizou-se a milésima noningentésima trigésima quarta reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua
4 Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 17 (dezesete)
5 conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os:
6 Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Zaneratto Rosa, Guilherme Luz Fenerich, Ilana
7 Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José
8 Agnaldo Gomes, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti, Marília
9 Capponi, Camila Teodoro Godinho, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Lívia
10 Gonsalves Toledo, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da
11 Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva e Sergio Augusto Garcia Junior.
12 Também esteve presente o gestor da Subsede de Assis, Edgar Rodrigues.

13 **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) *Justificativas de Ausência*** - Foram
14 consideradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os:
15 Aristeu Bertelli da Silva, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara,
16 Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa
17 Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves, Dario Henrique Teófilo Schezzi,
18 Sandra Elena Sposito e Silvio Yasui. **II) ASSISTÊNCIA SOCIAL / NAS. 2.1)**
19 ***FETSuas-SP - Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do Sistema Único de***
20 ***Assistência Social de São Paulo*** - O plenário tomou conhecimento de que
21 haverá em 17 de setembro de 2016, na Assembleia Legislativa, o Ato de
22 lançamento da Frente em Defesa do Suas e da Seguridade Social em São
23 Paulo, para trabalhar em conjunto com a Frente Estadual. Estão previstas
24 presença de Aldaíza Sposati, ex-secretária municipal da Assistência Social, e
25 de representantes do Fórum Nacional de Usuários/os. A arte do evento está
26 sendo elaborada por este CRP e será propagada nas redes sociais
27 brevemente. Trata-se de movimento de reação às situações que vêm
28 ocorrendo, por exemplo, de retrocesso simbólico como a nomeação de Marcela
29 Temer para assumir função na área social, coordenando o chamado *Programa*
30 *Criança Feliz*. Isto posto, pede-se o apoio do plenário para colaboração,
31 divulgação e participação na atividade. **2.2) *Regimento Interno da Comissão***
32 ***Nacional de Psicologia na Assistência Social – Conpas*** – O conselheiro
33 Joari Aparecido Soares de Carvalho discorreu que o Regimento Interno da
34 CONPAS foi aprovado na plenária do CFP realizada em 25 e 26/09/2015. O



35 CFP, protagonista nesta ação, formalizou certas instâncias e decisões, que
36 impactaram em todo Sistema. O NAS fez a análise do documento e juntamente
37 com os CRs da região Sudeste reuniram sugestões de alterações para serem
38 discutidas com os plenários e apresentadas na Apaf. Foi exposta uma
39 descrição das modificações efetuadas de acordo com as deliberações da
40 Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF. A APAF
41 concluiu que precisava suspender parte dos artigos e revê-los, quais sejam:
42 Artigo 1º - Parágrafos 1º (foram feitas observações), 2º (adequação do texto) e
43 3º(alterado); Artigo 4º - Parágrafos 1º e 3º (artigo suprimido); Artigo 5º - (atual
44 4º - alterado); Artigo 6º - (atual 5º - alterado); Artigo 7º - (atual 6º - adequação
45 do texto) e Artigo 10º (atual Artigo 9º - alterado). A decisão na APAF objetivou
46 qualificar como funcionaria a CONPAS e sobre a necessidade de sua
47 manutenção. O CFP não reconheceu e tampouco participou desse debate. Foi
48 consultada a Diretoria que entendeu que a tarefa cabia aos CRPs e, assim,
49 deveria ser apresentada na próxima APAF. Dessa forma, ao final do mês de
50 agosto realizou-se uma reunião na cidade de Vitória-ES com representantes
51 dos CRPs da região Sudeste para discutir o conjunto de propostas sobre o
52 regimento. Alerta-se que como o CFP não assentiu a decisão, possivelmente
53 não contribuirá para a revisão do documento. Trata-se de decisão polêmica,
54 mas importante porque deu voz decisiva aos CRPs. O plenário fez destaque
55 geral para discussão de mérito. **Considerações do plenário:** (i) São
56 manifestadas opiniões discordantes em relação a uma estrutura amarrada de
57 qualquer maneira em qualquer Conselho, no âmbito regional ou federal. Há um
58 esforço, por parte da gestão, na política pública para que não haja comissão
59 separada de assistência, de saúde, de educação, dentre outras. É um jeito de
60 trabalhar com outros enfoques e conexões. Com a conjuntura presente não se
61 pode atuar ignorando o cenário. Estabelecer formas de gestão burocratiza
62 entidades, sendo, portanto, inadmissível ter regimento isoladamente da
63 instância máxima deliberativa, que é o plenário. Em vista disso, não se deveria
64 constituir comissão permanente e nenhuma comissão detalhada de política
65 pública. Com a mudança de conjuntura, é grande o risco de entidades e
66 conselhos em relação à sociedade brasileira. O ponto é a defesa da política de
67 assistência social, que está ameaçada e deve ser o debate na APAF em
68 dezembro, e não seria necessariamente uma comissão que garantiria isso, por
69 esse motivo, recomenda-se ao plenário que não desperdice energia discutindo
70 o Regimento da CONPAS. (ii) Entende-se que caso haja comissão permanente



71 que seja, então, de políticas públicas, conforme deliberação do CNP. Em
72 relação à APAF, que será preparada, o CRP SP pode deixar indicado seu
73 posicionamento político para a próxima gestão, considerando a mudança de
74 conjuntura do CFP com novo cenário e desafios. **(iii)** Reforça-se que a criação
75 da CONPAS foi apresentada pela atual gestão do CFP, o que provocou
76 discussões e posicionamentos. Contudo, não foi deliberado sobre sua
77 descontinuidade. O debate na APAF voltou-se à qualificação da existência da
78 CONPAS. Por conseguinte, entende-se que o CRP SP está desautorizado a
79 fazer deliberação divergente da que ocorreu na Assembleia de maio de 2016. É
80 preciso avançar na discussão de posicionamentos políticos nos CRPs. Existem
81 ponderações em relação à existência do regimento e o ponto que chama
82 atenção é a solicitação da categoria para dar transparência aos critérios de
83 composição dos coletivos dos Conselhos de Psicologia. No CNP um dos
84 pontos polêmicos foi a alegação de que havia impedimento legal, argumento
85 legalista que não cabe, pois é decisão do Sistema Conselhos. **(iv)** Referiu-se
86 que há o acordo entre CRPs de que a Comissão de Assistência Social é
87 importante para participação. Igualmente a Comissão de Direitos Humanos é
88 relevante, existe, mas não há regimento, interpelando-se a razão de fazê-lo
89 para a CONPAS. **(v)** Elucidou-se que o questionamento do CRP SP estava no
90 conjunto das resoluções aprovadas sem passar pelo Sistema Conselhos. Não
91 houve discussão do mérito sobre ter ou não a CONPAS. Os CRPs avaliaram
92 que esta comissão seria importante, mas não no mérito de aprovação de
93 regimento. Foram retiradas do regimento todas as questões relacionadas aos
94 CRs para que fossem discutidas. Diante disso, perguntou-se ao plenário qual
95 ação realizará nestas últimas três semanas de gestão. **(vi)** Replicou-se que
96 objetivamente não há o que avançar mais efetivamente nesta gestão do que o
97 debate já feito e as sugestões reunidas para debate. O trabalho desta gestão
98 deveria ser consumado com o regimento, debate de APAF e reunião com os
99 CRPs da região Sudeste. No entanto, compreende-se que será um problema
100 grave e sério esta decisão, pois o encaminhamento na APAF tinha sido
101 diferente, possibilitando dificuldades para a próxima gestão. **(vii)** Acredita-se
102 que a discussão ocorrerá na próxima APAF e, assim, esta gestão pode deixar
103 para o XV Plenário sua análise com elementos indicados: o trabalho concluído;
104 a dificuldade para avançar na discussão; o estranhamento em deliberar
105 regimento, somado à deliberação do CNP sobre a Assistência Social que é de
106 promoção de instâncias por meio de comissão ou grupo de trabalho no Sistema



107 Conselhos que envolvem as políticas públicas de assistência social, da
108 educação, entre outras, no sentido de formação política e atuação do exercício
109 profissional. É preciso dedicar-se a elaboração de regimento para a Comissão
110 de Políticas Públicas (deliberada em CNP e que não foi criada) ao invés da
111 comissão de assistência social, pois instituir o método não traz
112 necessariamente o avanço da política da assistência no Sistema Conselhos.
113 Preocupa-se em fragmentar as políticas, regimentando comissões temáticas.
114 **(viii)** Acrescenta-se que deve ser atribuída a transparência ao processo de
115 participação no Sistema Conselhos para que não pareça decisão discricionária,
116 pessoal ou sobreposta em relação ao assunto: neste processo, para qualquer
117 deliberação de comissão, grupo de trabalho, é vital a transparência, além da
118 criação de mecanismo de melhoramentos no Sistema Conselhos. O
119 conselheiro Joari Carvalho não se sente à vontade para apoiar a inexistência
120 do regimento. **Encaminhamento:** Considerando o exposto, o plenário decidiu
121 que o conteúdo do Regimento Interno da Comissão Nacional de Psicologia na
122 Assistência Social – CONPAS será apresentado à próxima gestão, com
123 indicativos dos elementos apresentados nesta plenária, quais sejam: **(a)** o
124 trabalho realizado, **(b)** a dificuldade para avançar na discussão, **(c)** o
125 estranhamento em deliberar regimento para a CONPAS e não para a Comissão
126 de Políticas Públicas (deliberada em CNP e que não foi criada), **(d)** a
127 deliberação do CNP sobre a Assistência Social, que é de promoção de
128 instâncias por meio de comissão ou grupo de trabalho no Sistema Conselhos
129 que envolvem as políticas públicas de assistência social, da educação, entre
130 outras, no sentido de formação política e atuação do exercício profissional e, **(e)**
131 transparência ao processo de participação no Sistema Conselhos. **2.3) Nota**
132 **Técnica com Parâmetros para Atuação das e dos Profissionais de**
133 **psicologia no âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** -
134 Informa-se que esse documento está em sua versão preliminar – consolidada
135 pós-segunda etapa de Consulta Pública à categoria. Após essa fase de
136 consulta, o prazo foi estendido para sugestões dos CRPs. Estava prevista
137 reunião com representantes do Sistema Conselhos para o dia 10 de setembro,
138 mas não ocorrerá nesta data e sim no dia 17/09/2016. Pode ser o que o CFP
139 decida pela publicação da nota antes da reunião. Há indicativo de que o
140 plenário do CFP se reúna em 06 de setembro para definir sobre o encontro com
141 as/os representantes dos CRPs. Este CRP SP tomou conhecimento da *Nota*
142 *Técnica com Parâmetros para Atuação das e dos Profissionais de psicologia no*



143 âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 26 de agosto. Foi
144 realizada reunião do Núcleo de Assistência Social no dia 29 de agosto que deu
145 início à sistematização, contudo, não foi possível a finalização da tarefa na
146 ocasião. As sugestões ainda estão sendo enviadas. Considera-se preocupante
147 a ausência da análise da COF (em decorrência da falta de tempo). O
148 documento, neste momento, está em sua terceira versão. Lembrou-se que
149 anteriormente foi feita nota do CFP em conjunto com o CFESS, indagando se a
150 publicação recente do CFESS seria a mesma. Nesse sentido, explicou-se que o
151 CFESS reeditou a publicação, de sua autoria exclusiva, abordando o texto
152 correlato à atuação de assistentes sociais, mas manteve a essência das
153 reflexões discutidas na versão original. Trata-se de outro documento, portanto.
154 **Manifestação do Plenário:** **(i)** Sugeriu-se, dado o tamanho do documento, que
155 se compartilhe via e-mail para que o plenário apresente as suas considerações.
156 **(ii)** Perguntou-se se existe conflito no teor da referida nota com a metodologia
157 do CREPOP, para o que se esclareceu que o conteúdo desta minuta não
158 diverge das referências do CREPOP, contudo, questionou-se a razão desta
159 atualização não ter sido feita pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia
160 e Políticas Públicas. **(iii)** Pondera-se que o CREPOP poderia ter produzido,
161 considerando o método para atualização de referência. Entende-se que o
162 material servirá como orientação à categoria. **Encaminhamento:** **1)** O plenário
163 deliberou por utilizar o documento, que serve como parâmetro para a categoria
164 e passou por Consulta Pública permitindo a trabalhadoras/es do SUAS se
165 manifestarem. Assim sendo, o CRP SP enviará suas contribuições à Nota
166 Técnica com Parâmetros para Atuação das e dos Profissionais de Psicologia no
167 âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda nesta gestão, dado
168 ao trabalho intenso do Núcleo de Assistência Social (NAS). **2)** Cabe à
169 Secretaria expedir, com urgência, ao plenário o referido o documento. O NAS
170 pode suscitar a indicação de algum ponto polêmico. Caso este plenário tenha
171 outras contribuições deve encaminhá-las até o dia 10 de setembro p.f.. **3)** Além
172 disso, imediatamente, o documento deverá ser compartilhado com a COF para
173 contribuições, respeitando o prazo preestabelecido. **III) AUDIÊNCIA DO**
174 **PROJETO DE LEI 4364/12, que altera a LEI 5766/71 (cria o CFP e CRPs) -**
175 Noticiou-se sobre a realização de audiência com o Deputado Arnaldo Faria de
176 Sá (PTB - São Paulo) no último dia 20 de agosto, em São Paulo. Explicou-se
177 acerca da perspectiva de retomar a aprovação do PL original, uma vez que as
178 novas emendas alteravam o mérito do projeto. Na ocasião, foram entregues



179 materiais de outros projetos de lei, separados pela CAPL. O referido Deputado
180 colocou que seriam analisados os pontos no documento com seu assessor e o
181 deputado Jorge Silva (PROS - Espírito Santo) seria acionado. Encaminhou-se
182 nota de divulgação desta ação para conhecimento da categoria. O assunto
183 deve ser retomado com o deputado a fim de haja aprofundamento da
184 discussão. **Encaminhamento: 1)** Dada à relevância da ação, o plenário
185 determinou o envio de ofício ao CFP e Sistema Conselhos com o informe
186 publicado à categoria, pois o teor do PL abarca todo o Sistema. **2)** Também
187 será elaborado ofício ao Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região /
188 Espírito Santo, sugerindo uma audiência com o Deputado Jorge Silva,
189 proponente das emendas na CSSP ao PL 4364. **IV) SUBSEDE**
190 **METROPOLITANA** - Foi retomada a deliberação da plenária anterior alusiva à
191 realização de debates do CRP SP na região Metropolitana. A demanda é
192 urgente e necessária. No decorrer do processo percebeu-se que houve a
193 construção de diálogo com o grupo mobilizado, mas considerando os debates
194 promovidos por profissionais ligados a esse grupo na região e considerando a
195 responsabilidade do CRP SP levar sua política para a região, entende-se que
196 na continuidade do processo seria oportuna a aproximação, também, a outros
197 grupos de psicólogas/os que dialoguem com a plataforma e política desta
198 gestão, e com as posições do COREP. Nesse sentido, a plenária foi consultada
199 para que pudesse se posicionar quanto à promoção de debate na região
200 Metropolitana ainda nesta gestão (2013-2016), conforme combinado na 1929ª
201 sessão ordinária de agosto. **Considerações do Plenário: (i)** Não há oposição
202 à realização das atividades, mas a deliberação anterior envolvia o Núcleo
203 Gestor da Região Metropolitana, que não teve ciência do encaminhamento da
204 plenária. É preciso pensar como lidar com os diálogos de grupos que divergem
205 da pauta da gestão. **(ii)** Considera-se a importância da manifestação do Grupo
206 Gestor para que se entendam as articulações e posicionamentos. Corrobora-se
207 com a necessidade de alinhamento político, porém, é fundamental acolher
208 posicionamentos distintos. **(iii)** Ilustrou-se que o problema não se trata de
209 dialogar com os grupos diferentes, mas sim da obrigação de apresentar a
210 política da gestão para a região Metropolitana, sobre a Psicologia e a respeito
211 da prática profissional, em complemento à pauta de criação de nova Subsede.
212 Foi realizado Pré-Congresso nas três regiões (Osasco, Guarulhos e São
213 Paulo), tendo sido muito importante essa ação. No entanto, a pouca
214 participação no Pré-Corep de Osasco reflete a ausência de mobilização por



215 eventos preparatórios, não foi possível à gestão metropolitana construir ação
216 na região. O plenário foi cientificado de que membro do Núcleo Gestor solicitou
217 a ata da plenária passada. A Diretoria deve encaminhar o extrato da ata para o
218 Núcleo Gestor pensar o que será possível empreender nas últimas semanas e
219 em respeito à deliberação anterior da plenária, tomada com a presença das/os
220 colaboradoras/es, onde se assumiu o compromisso de fazer ações na região,
221 com vistas a coroar este processo da Subsede. Ademais, o assunto ficará
222 apontado para a reunião de transição. **(iv)** Concorda-se que deve ser discutida
223 somente a tarefa correlata à realização ou não do evento, dispensando, neste
224 momento, discussão de mérito. **(v)** Foi manifestada defesa pela realização de
225 evento e como indicativos para fazê-lo, expôs-se a presença do grupo na
226 plenária de agosto, que saiu com expectativa. Em função disso, alerta-se para
227 a delicadeza da pauta, evitando problemas. **(vi)** Na condição de coordenação
228 de Subsede, revelou-se incômodo com o movimento, complementando que o
229 que há enquanto organização de Subsedes se difere da presente discussão.
230 **(vii)** Foi preconizada a produção de uma avaliação voltada ao alcance do que
231 se conseguiu com a criação da Comissão Gestora Metropolitana, que não se
232 formalizou, de fato, pela interpretação do CFP. Recentemente, como Núcleo
233 Gestor da Região Metropolitana, acredita-se que houve avanço na região.
234 Foram feitas algumas atividades, contudo, não se capitalizaram como
235 esperado. Há que se considerar a quantidade de psicólogas/os nessa região
236 (metade no Estado de São Paulo) e a capacidade para a execução do trabalho
237 desproporcional se comparada à divisão do estado. São configurações
238 diferentes. Nesta gestão, constituíram-se dois núcleos temáticos específicos da
239 Região Metropolitana: o NCA (Núcleo de Criança e Adolescente) e o NAS
240 (Núcleo de Assistência Social), ambos importantes, salientando, porém, o
241 trabalho no campo da política da Assistência Social na região e o NAS
242 Metropolitano que congrega muitas/os psicólogas/as dessa localidade. São
243 44.000 profissionais na região Metropolitana (o que é bastante) e ainda não se
244 tem noção do que realmente ocorre nessa extensão. O Núcleo Gestor começou
245 a socializar e conviver mais com as/os psicólogas/os que foram apresentando
246 questões à gestão, as quais, até certo ponto, integram o hibridismo cultural
247 vivenciado atualmente. São narrativas do grupo que o Núcleo Gestor tem
248 lidado. O conselheiro Joari Carvalho esteve em 22/08/2016 na Universidade de
249 Guarulhos participando da XXX Semana Cultural “A contribuição da psicologia
250 no cenário contemporâneo” e discorreu sobre a Assistência Social. Houve,



251 ainda, comunicação para o Núcleo Gestor de não participar da II Jornada de
252 Análise do Comportamento do Alto Tietê, ocorrida em 27 de agosto de 2016, no
253 Teatro Manoel Bezerra de Melo da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC),
254 apenas, foram enviados materiais institucionais para o evento. Ponderou-se
255 que teria sido muito importante a representação institucional na ocasião.
256 **Encaminhamento:** 1) As/Os conselheiras/os presentes decidiram que,
257 enquanto plenária, não determinará a respeito de qual evento e tema será
258 realizado, cabendo o mesmo ao grupo gestor da região. 2) Com celeridade, a
259 análise do XIV Plenário será remetida ao Núcleo Gestor da Região
260 Metropolitana perguntando qual ação o grupo fará para dar conta do
261 compromisso assumido na plenária anterior. O Núcleo Gestor poderá dizer se
262 pensou em algum evento ou não. Em nome do compromisso assumido,
263 remeteremos ao citado coletivo para decidir pela forma. 3) A matéria ficará
264 como indicativo para a transição, cabendo, assim, ao XV Plenário do CRP
265 estender a política para a região. **V) AUDIÊNCIA PÚBLICA TRANSPARÊNCIA**
266 – A Mesa Diretora se pronuncia sobre o evento “Compromisso e transparência -
267 a Lei do acesso à informação em debate” programado para o dia 16/09/2016,
268 das 14h às 19h, nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo
269 (Auditório Prestes Maia). Trata-se de audiência já divulgada em folder do CRP
270 e que pautará o lançamento do Portal da Transparência deste Conselho
271 Regional de Psicologia de São Paulo. Estão sendo convidados representante
272 da Controladoria Geral da União (CGU) - autoridade responsável pela
273 implementação da LAI, do Tribunal de Contas da União (TCU) - fazendo uma
274 abordagem geral do tema, e uma referência analítica da pauta da transparência
275 para falar sobre a análise da conjuntura atual. A mediação da mesa seria do
276 CRP SP. Isto posto, o problema é que não há conselheira/o para representar o
277 XIV Plenário na atividade. As pessoas envolvidas com a construção da ação
278 manifestaram impossibilidade de presença. Assim, a conselheira Gabriela
279 Gramkow sugere convite ao conselheiro Joari Carvalho como mediador da
280 mesa. Salienta-se que o tema não é mobilizador à categoria, a exemplo da
281 participação em assembleias orçamentárias. **Considerações do Plenário:** **(i)**
282 Foi proposta a participação de conselheira/o da próxima gestão. O conselheiro
283 Luiz Berni se dispôs a ajudar, mas anuncia que não entende sobre o assunto.
284 **(ii)** O conselheiro Joari Carvalho agradeceu a indicação, porém apresentou
285 dificuldades para assumir o compromisso por motivos profissionais. **(iii)**
286 Anunciou-se que está sendo produzido um vídeo tutorial sobre a transparência,



287 pela Tesouraria, e ao divulgar este vídeo (guia de acesso ao nosso portal da
288 transparência, após a integração dos sistemas) pode-se fazer nota justificando
289 o cancelamento do evento. **(iv)** Sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI),
290 assinalou-se que também haverá a Oficina de Sensibilização a todas/os
291 funcionárias/os deste CRP SP no dia 14 de setembro de 2016, em dois
292 períodos, e contará com a presença de dois representantes da Controladoria
293 Geral da União (CGU) para ministrar a importante atividade. **(v)** Reforça-se a
294 questão do cancelamento do evento, aproveitando o contato efetivado e
295 produzindo outras divulgações. **Encaminhamento:** Conforme decisão da
296 plenária, o evento “Compromisso e transparência - a Lei do acesso à
297 informação em debate” de 16/09/2016 será cancelado. Fica mantido o
298 lançamento do portal de outras formas e a nota informativa a respeito da não
299 realização da atividade, por motivo de agenda. **VI) PLANTÃO EXTERNO**
300 **COMISSÃO GESTORA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** - A conselheira Maria
301 das Graças Mazarin de Araujo apresenta que a ideia surgiu na reunião da
302 Comissão Gestora para fazer plantão à distância. Seriam realizados
303 eventualmente e em outro espaço, que não na Subsede. Objetiva-se conduzir
304 as ações da Subsede também por meio desses plantões, aproximando ainda
305 mais o CRP da categoria. **Considerações do Plenário: (i)** Acredita-se que a
306 ação proposta se configura de forma diferente de um plantão, pois este é para
307 as questões ordinárias. Assim, deve-se pensar em outro tipo de ação que
308 denomine a propositura. A ida de gestoras/es ir a outros lugares caracteriza-se
309 como uma representação do CRP para apresentá-lo a categoria. **(ii)** Avalia-se a
310 ideia como positiva, que atende a regionalização e interiorização. Em Bauru,
311 por exemplo, ocorre na cidade de Araçatuba/Botucatu e a ação é chamada de
312 processo de regionalização, com gestora/r e administrativa presentes. Toda
313 primeira segunda-feira do mês tem agenda em Araçatuba, inclusive com a
314 entrega de CIP. **(iii)** Propôs-se o nome da ação de Atendimento. **(iv)** Foi
315 mencionado que a região da Baixada Santista caminha para a mesma direção
316 devido à aproximação com o Vale do Ribeira. **(v)** Confirma-se a proposta,
317 porém, compreende-se que cada região pode efetivá-la de acordo com suas
318 especificidades, compondo agenda dos dias em que o CRP estará em
319 diferentes municípios para esclarecimentos de dúvidas, disponibilizando a
320 prestação de atendimento. **(vi)** Contrapôs-se, sugerindo que se faça a
321 integração dessas ações. Citou-se o caso da OAB e do COREN SP. Esta
322 integração deve ser um direito das/os colegas de todo o Estado de São Paulo



323 no sentido de o CRP oferecer o serviço. Assim sendo, fica como indicativo para
324 a próxima gestão a ideia da itinerância, que envolve a discussão da
325 regionalização, de criar forma de gerir a proposta, com calendário, divulgação,
326 dentre outras questões. **Encaminhamento:** Foi homologada a propositura
327 apresentada pela gestão de São José do Rio Preto que passará a executar a
328 ação, já realizada por outras subsedes. Igualmente o assunto (com
329 necessidade de aprimoramento) será exposto para a próxima Gestão. **VII)**
330 **SAÚDE MENTAL** - A conselheira Maria Ermínia Ciliberti introduz que o Estado
331 de São Paulo voltou a abrir os leitos psiquiátricos e pergunta se esta gestão
332 ainda se posicionará sobre a situação da saúde mental. Coloca que na cidade
333 de Tupã, o cenário é terrível em relação à inclusão de moradores de hospital
334 psiquiátrico no processo de desinstitucionalização. O município vem abrindo 14
335 Residências Terapêuticas, com 60 mil habitantes, sem CAPS e Rede de Saúde
336 Mental. Em Sorocaba as pessoas não têm condições de locomoção e a
337 situação é agravante nas residências terapêuticas. Infelizmente não foi possível
338 fazer esta discussão no Conselho, o que pode gerar consequências para o
339 CRP SP caso não apresente seu posicionamento referente à abertura de
340 residências terapêuticas. Salaria que tem trabalhado em outros coletivos
341 também, mas não descarta a necessidade de o CRP SP se posicionar a
342 respeito da pauta. **Considerações do Plenário:** **(i)** Contrapôs-se com o
343 exposto informando sobre o acompanhamento das discussões de vários
344 coletivos conectados à matéria, os quais tampouco estão contemplando o
345 debate. Há dificuldade de como o CRP encontrará o caminho, expressando
346 exatamente o que ocorre com os movimentos, que mobilizados lamentam
347 juntos o desmonte na saúde mental. Sobre o GT Saúde Mental, sinalou-se a
348 tentativa de agenda no mês de julho, o que não foi possível. Este Conselho tem
349 representante na CSM do CES, o psicólogo João Renato C. Pagnano, e
350 sugere-se conversar com ele para pensar a continuidade da ocupação neste
351 espaço, saber o que ocorre nas reuniões e o que a Comissão de Saúde Mental
352 do Conselho Estadual de Saúde planeja fazer em relação ao cenário. Neste
353 diálogo deve ser incluída Daniela Stazack, mesmo à distância. **(ii)** Ratificou-se
354 que a preocupação é acentuada em Sorocaba. O Governo de São Paulo lucrou
355 com o processo de desinstitucionalização. Em Tupã está ocorrendo uma
356 desospitalização que reflete diretamente sobre o que será da política de
357 assistência social e da saúde mental no Brasil. **(iii)** No que tange à Frente
358 Estadual Antimanicomial de São Paulo o conselheiro Sergio Garcia informa que



359 esteve presente na penúltima reunião, a qual tratou sobre o prêmio Fabio
360 Belloni e regionalmente, em Sorocaba, apoia-se um grupo com familiares e
361 usuárias/os, que inclusive faz reuniões em Praça Pública. **(iv)** Pontua-se que
362 está pautada na Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde -
363 SP a questão do álcool e outras drogas, a conselheira Marília Capponi, em
364 reunião neste espaço, falou sobre o *Dossiê Relatório de Inspeção de*
365 *comunidades terapêuticas para usuários de drogas no ESP – mapeamento das*
366 *violações de direitos humanos*, com uma perspectiva da Psicologia, redução de
367 danos e luta antimanicomial, sem propagar o material. Acredita-se que o CRP
368 SP esteja sendo prejudicado à medida que a Frente Estadual Antimanicomial –
369 FEASP, claramente, se coloca contra os encaminhamentos. Conduz-se,
370 atualmente, na CSM-CES uma discussão que ocorrerá em 10 de outubro de
371 2016, Dia Mundial da Saúde Mental. A proposta é realizar evento sobre a
372 “Perspectiva e História da Saúde Mental”, com o objetivo de apresentar o
373 movimento da luta antimanicomial e assim, foram citados nomes para serem
374 consultados e comporem as mesas e falas, tais como: Silvio Yasui, Marcio
375 Garcia, Francisco Drumont, Tais Sogolsan, Fernando Aith, Roberto Tikanory,
376 entre outros. Houve construção de falsas lideranças para a saúde mental. De
377 tal modo que o CRP SP precisa acompanhar seu representante neste espaço,
378 o psicólogo João Renato, e fortalecer a representação. Fato é que continuam
379 em manicômios mais de 4000 pessoas. **Encaminhamento:** Em razão da
380 premência da pauta, o plenário solicita ao GT Saúde Mental que realize reunião
381 com o psicólogo João Renato, antecedendo à atividade da CSM-CES em 10 de
382 outubro de 2016. É preciso cuidar desse espaço, Comissão de Saúde Mental
383 do Conselho Estadual de Saúde, para intervenção da política pertinente. Fica
384 registrada a sugestão para que a conselheira Maria Ermínia Ciliberti converse
385 com o representante deste CRP SP, João Renato, passando orientações
386 referentes ao dia 12 de setembro, às 9h. A reunião do GT Saúde Mental está
387 prevista para o dia 22 de setembro (quinta-feira), às 19h30, ocasião em que
388 será feita avaliação para a transição. **VIII) RELAÇÃO COM MP** - O conselheiro
389 Luiz Eduardo Valiengo Berni discorre sobre o grande volume de demandas que
390 o Ministério Público tem enviado ao CRP, problematizando a questão do prazo
391 de 30 dias para fiscalizar Comunidades Terapêuticas. Os trabalhos ordinários
392 do CRP têm sido protelados, já que as solicitações do MP são consideradas
393 prioridade. As atividades de orientação e fiscalização têm sofrido atrasos e
394 acúmulos devido as constantes demandas de fiscalização do MP, que além de



395 estipular prazo, pedem relatórios. Importante lembrar que em Comunidades
396 Terapêuticas, Hospitais Psiquiátricos e outras instituições de internação, a
397 fiscalização não é só do exercício profissional, sendo que as voltadas aos
398 direitos humanos exigem organização prévia de agendas, participação de uma
399 equipe maior do CRP e posterior elaboração de relatórios e ofícios, gerando
400 ainda outros encaminhamentos como discussão dos casos em reuniões de
401 COF, convocação para orientação, e abertura de ex-officio. A análise é que se
402 faz necessária clareza dessa parceria entre o CRP SP e o MPSP com
403 explicativo para o XV Plenário (gestão 2016-2019). Em momento anterior,
404 julgou-se importante e atualmente o CRP SP está numa situação complicada
405 em função dessa ação. **Considerações do Plenário: (i)** Com relação ao
406 conteúdo, foi indagado à COF se identificou se as demandas dizem respeito ao
407 exercício profissional e também se há outras informações. Explicou-se que as
408 demandas em Sorocaba, às vezes, chegam sem nenhuma informação e
409 quando isto ocorre se solicita ao MP, via Diretoria, mais dados, e que a
410 Subsele de Campinas recebeu recentemente 5 demandas do MP em apenas
411 um mês e meio. Desconfia-se que boa parte de promotoras/es não tenha
412 conhecimento do Termo de Cooperação Técnica, ficando claro que o CRP SP
413 deve entender a solicitação e dizer se vai realizá-la ou não. **(ii)** Retoma-se à
414 questão do Termo de Cooperação Técnica, acreditando que cabe chamar o MP
415 para fiscalização como parceiro. O presente documento permite ao CRP
416 capacitar promotoras/es. Acredita-se ser necessário pensar nas ações maiores
417 e coletivas, reformulando o projeto prioritário do CRP SP com o MP. O CRP
418 deve fazer seu papel, o que difere da função de psicóloga/o do MP e, caso isto
419 esteja ocorrendo, crucial solicitar ao Ministério Público que realize concurso.
420 Sinaliza-se para a próxima gestão a apropriação do Termo. **Encaminhamento:**
421 O Termo de Cooperação Técnica que entre si celebraram o Ministério Público
422 do Estado de São Paulo e o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo,
423 será incluído na pauta de transição com indicativo de que carece de projeto
424 para a parceria com o MP. O Dossiê 'Relatório de Inspeção de comunidades
425 terapêuticas para usuários de drogas no ESP – mapeamento das violações de
426 direitos humanos' é parte desta ação, além de todos os PDOs que a decisão
427 aponta para a cassação da PJ e que são enviados para o MP. Considerando
428 que as solicitações do MP são, em grande parte, para fiscalizar comunidades
429 terapêuticas, o CRP poderia utilizar esse elemento como argumento da defesa
430 na ação contra a publicidade do Dossiê, cujo evento de lançamento contou com



431 a participação do Ministério Público Federal. Registra-se que a Comissão de
432 Orientação e Fiscalização (COF) é operacional nesse sistema e, por isso,
433 fundamental que a próxima Diretoria a oriente. **IX) INFORME SOBRE AS**
434 **PLENÁRIAS** - A Mesa Diretora informa sobre o número de plenárias ordinárias
435 ocorridas nesta gestão, sendo em 2013 - 7, 2014 - 27, 2015 – 23 e em 2016 –
436 17, contabilizando, portanto, 74 (setenta e quatro) sessões ordinárias, além das
437 plenárias éticas e de julgamento ético que não estão inclusas neste montante.
438 Enfatiza-se que o plenário esteve acompanhado para a conclusão desta
439 agenda por vários Departamentos do CRP SP, aos quais a XIV Plenária
440 (Gestão 2013-2016) registra agradecimentos às/os funcionárias/os por todo
441 apoio e trabalho realizados. **X) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram
442 analisados 5 (cinco) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu
443 parecer favorável a 1 (um) pedido, cujo protocolo é: 506233888 (CRP
444 06/36406). Outorgou parecer desfavorável a 2 (dois) pedidos com os seguintes
445 protocolos: 806134314 (CRP 06/89049), 706735218 (CRP 06/101407). Não se
446 aplica a solicitação de obtenção de selo para os protocolos: 706434950 (CRP
447 06/131684) e 506737812 (CRP 06/95022), conforme folha anexa que é parte
448 integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira
449 presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário José
450 Agnaldo Gomes, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por
451 todos os presentes. São Paulo, três de setembro de dois mil e dezesseis.

Adriana Eiko Matsumoto

Camila Teodoro Godinho

Elisa Zaneratto Rosa

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Guilherme Luz Fenerich

Livia Gonsalves Toledo

Ilana Mountian

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Janaína Leslão Garcia

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Regiane Aparecida Piva

José Agnaldo Gomes

Sergio Augusto Garcia Junior

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Maria Ermínia Ciliberti

Marília Capponi